

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

ALESANDRO DA SILVA TRINDADE

**A CONTABILIDADE PÚBLICA NA VISÃO DOS ESTUDANTES DE  
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFRGS**

PORTO ALEGRE  
2010

ALESANDRO DA SILVA TRINDADE

**A CONTABILIDADE PÚBLICA NA VISÃO DOS ESTUDANTES DE  
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFRGS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em ciências contábeis.

Orientador: Prof. Me. João Marcos Leão da Rocha

PORTO ALEGRE

2010

# **A CONTABILIDADE PÚBLICA NA VISÃO DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFRGS**

Alessandro da Silva Trindade\*

## **RESUMO**

As diferenças de escrituração entre a contabilidade pública e a contabilidade societária podem se tornar um empecilho no aprendizado dos estudantes de Ciências Contábeis não só da UFRGS, mas das instituições de ensino como um todo. Esta pesquisa serve para saber até que ponto isto interfere na opinião dos alunos acerca do interesse de aprendizado da contabilidade pública e seu interesse profissional no ramo. Através de questionários estruturados, os alunos de Ciências Contábeis da UFRGS que já cursaram as disciplinas de contabilidade pública darão sua opinião sobre diversos aspectos que serão abordados. Além disso, será ouvida a opinião de professores sobre a importância do ramo público da contabilidade tanto na vida acadêmica como na vida profissional dos alunos, bem como o que se pode esperar dessas mudanças que vêm sendo preparadas para a convergência aos padrões internacionais. Por fim, serão mostradas as oportunidades profissionais para quem direciona a carreira para o ramo público da contabilidade, com informações de vagas de trabalho e salário médio dos diversos tipos de cargos.

**Palavras-chave: Contabilidade Pública. Opinião dos Estudantes. Opinião dos Professores. Oportunidades de Trabalho.**

\*Formando do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ([alessandrost2000@hotmail.com](mailto:alessandrost2000@hotmail.com)).

# 1 INTRODUÇÃO

Para conceituar a Contabilidade Pública cita-se que “É o ramo da contabilidade que estuda, controla e demonstra a organização e execução da Fazenda Pública; o patrimônio público e suas variações.” (KOHAMA, 2001) ou então “É a disciplina que aplica, na Administração Pública, as técnicas de registros e apurações contábeis em harmonia com as normas gerais do Direito Financeiro.” (ANGÉLICO, 1995).

A Contabilidade Pública é regida pela Lei 4.320, de 1964. Nos últimos anos, novas determinações estipuladas pelos governos federal e estaduais referentes à escrituração e à estrutura dos demonstrativos contábeis complicam o ensino da matéria nas universidades (Jornal do Comércio, 11/06/08). Além disso, as diferenças teóricas e práticas com relação à contabilidade societária, base do ensino acadêmico da contabilidade, dificultam o ensino e o entendimento dos alunos sobre a matéria.

Define-se Contabilidade Pública como sendo o ramo da contabilidade que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da fazenda pública e o patrimônio público e suas variações.

Portanto, seu escopo relaciona-se ao controle e gestão dos recursos públicos. Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar 101/2000), a contabilidade pública alçou uma maior importância e valorização.

A contabilidade societária, relacionada com a atividade privada, rege-se pela Lei das Sociedades Anônimas e pelo Código Civil, que estabelecem regras de procedimentos contábeis. Já a contabilidade pública é regulada pela Lei 4.320/1964, que é a Lei das Finanças Públicas.

A contabilidade societária tem como foco principal o patrimônio e as suas avaliações, de tal forma que a principal peça é o balanço patrimonial.

Porém, na contabilidade pública, o mais relevante é o balanço de resultados, que trata da despesa e da receita, ou seja, de que forma foi arrecadado o dinheiro e como foi aplicado.

Outra diferença é que a contabilidade da área societária tem como visão o patrimônio e o lucro. Já na área pública, a visão é a gestão.

Tal dificuldade no aprendizado e a necessidade de ingressar em carreira pública para pôr em prática os conhecimentos podem fazer com que o interesse dos alunos de contabilidade em contabilidade pública fique prejudicado. É isto que se pretende mostrar com esta pesquisa.

### 1.1 A PROBLEMÁTICA

Qual o interesse dos estudantes de Ciências Contábeis na UFRGS em relação à Contabilidade Pública?

### 1.2 JUSTIFICATIVA

Quanto à oportunidade, o estudo do interesse dos alunos da UFRGS na matéria objetiva contribuir para um direcionamento de onde pode ser melhorado este ensino e como despertar o interesse dos estudantes pelo ramo público da Contabilidade que, através de concursos públicos, pode significar uma carreira mais estável para o profissional contador.

Quanto à relevância, dada a necessidade de aprimoramento das normas de Contabilidade Pública, que desde 1964 é regida pela lei nº 4.320, e que nos últimos anos passou a ser atingida pela Lei de Responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº101 de 4 de maio de 2000), a pesquisa na área e a formação de novos profissionais se tornam fundamentais.

### 1.3 OBJETIVO

Verificar o interesse profissional dos estudantes de Ciências Contábeis da UFRGS com relação ao ramo público da contabilidade.

### 1.4 MÉTODO

A pesquisa terá um enfoque quantitativo, caracterizado pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meios de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999).

No que diz respeito aos objetivos, será utilizada a pesquisa descritiva que tem como característica mais significativa a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 1999).

Quanto aos procedimentos, será utilizado a pesquisa de levantamento ou survey, caracterizada pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados (GIL, 1999).

## **2 A CONTABILIDADE PÚBLICA NO BRASIL**

A origem da contabilidade governamental no Brasil, segundo Giacomoni (2005), "... é datada do ano de 1808, ano em que Dom João VI iniciou um processo de organização das finanças públicas, cuja principal razão era a abertura dos portos, o que trouxe a necessidade de maior disciplinamento na cobrança dos tributos

aduaneiros”. Neste ano, foram criados o Erário Público (Tesouro Nacional) e o Regime de Contabilidade.

O sistema orçamentário teve que passar por diversas reformas e a contabilidade governamental mantinha a sua função primordial, de registro da execução do orçamento público.

No ano de 1922, foi aprovado o Código de Contabilidade da União, que representou uma grande evolução técnica, pois inseriram em um único texto de leis as regras e os procedimentos orçamentários, financeiros, contábeis, patrimoniais e outros, que já estavam sendo utilizados pelo Governo Federal.

A década de 60 foi primordial para a evolução contábil pública, pois foram enviados esforços no sentido de reformar as normas de orçamento público e contabilidade, e este processo ganhou força com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, editada sob a égide da Constituição Federal de 1946.

Por meio deste dispositivo legal, que na época foi considerado extremamente moderno, finalmente foi adotado um mesmo modelo orçamentário para as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e, para a contabilidade governamental, foi dedicado um capítulo específico que estabelecia as normas de escrituração e a estrutura dos demonstrativos contábeis.

No início de 1967, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, que estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa que ocorreu a partir daquele ano sob a tutela do regime militar, instaurado desde 1964. O art. 69 do Decreto-Lei nº 200/1967 regulamentava um plano de contas único para a Administração Direta Federal, na tentativa de padronizar a contabilidade governamental em nível federal.

Alguns anos depois, a Constituição Federal de 1988, por meio do art. 165, § 9º, I e II, determinaria a edição de uma lei cujo conteúdo deveria abordar cada um dos seguintes pontos: exercício financeiro, prazos, vigência, elaboração e organização dos orçamentos e demais normas de gestão financeira e patrimonial.

A Lei nº 4.320/1964 exerce, até hoje, a função da lei complementar exigida pela Constituição, mas, nem todas as matérias são abordadas. Com isso, fica evidenciada a necessidade de reforma, não só porque a Carta Magna a exige, mas também para que, na nova lei, haja a continuidade do processo de modernização das técnicas de planejamento e orçamento, assim como dos conceitos e procedimentos da contabilidade governamental iniciado com a edição da própria Lei nº 4.320/1964 e, posteriormente, com o Decreto-Lei nº 200/1967.

Fica claro até o momento que a Contabilidade Pública precisa se reformular. Essa reforma começa a ser editada com a harmonização internacional das normas contábeis que chega como uma necessidade imposta pela integração dos mercados e uma exigência de investidores e credores e ainda como medida salvadora para sanar as lacunas existentes na atual legislação brasileira.

No Brasil, a harmonização das práticas contábeis está sendo discutida no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que, na oportunidade, criou o Comitê Gestor de Convergência com o objetivo de desenvolver ações para promover a harmonização das Normas Brasileiras de Contabilidade.

O objetivo é que até 2010 as normas brasileiras de contabilidade estejam em sintonia com as determinações do Conselho Internacional de Normas Contábeis (IASB –International Accounting Standards Board) e com as Normas Internacionais de Auditoria e Asseguração emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC – International Federation of Accountants).

As diretrizes de harmonização abrangem também a contabilidade pública, até então afastada das discussões sobre o tema. A expectativa para a área pública é que no ano de 2012 haja a convergência das normas contábeis brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS – International Public Sector Accounting Standards). Um dos pontos principais da transição na contabilidade pública é a mudança do enfoque contábil, eminentemente centrado no controle orçamentário, para uma contabilidade pública patrimonial, com a adoção do regime de competência para as receitas e despesas públicas.

Com o intuito de contribuir na aproximação das normas brasileiras de contabilidade pública com as regras internacionais, o Ministério da Fazenda, publicou a Portaria MF nº 184, de 25/08/08. A portaria dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pela área pública (abrangida pelos entes públicos União, Estados e Municípios) em relação aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes às do IPSAS (publicadas IFAC) e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – NBCASP (editadas pelo CFC)<sup>1</sup>.

### **3 O INTERESSE DOS ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFRGS EM CONTABILIDADE PÚBLICA**

A pesquisa foi elaborada com a utilização de um software específico para aplicação e levantamento de dados de pesquisas quantitativas da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi pesquisada uma amostra de 45 alunos que atualmente cursam o sétimo semestre, o oitavo semestre, ou foram graduados no segundo semestre de 2009 do curso de Ciências Contábeis da UFRGS, através de uma enquete com perguntas fechadas. Considerando uma população média 150 alunos nesses níveis de graduação, o espaço amostral de 45 alunos proporciona uma margem de erro amostral de no máximo 13%<sup>2</sup>. Seguem os resultados mais relevantes desta enquete:

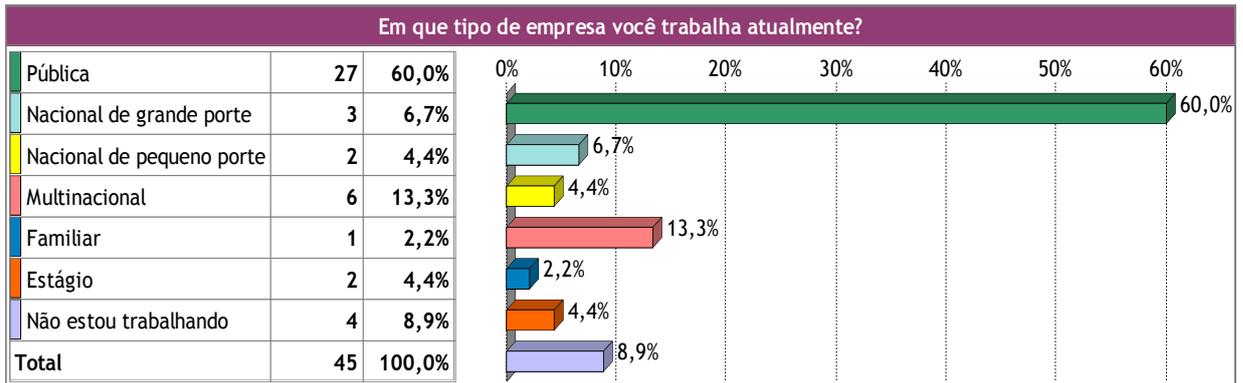
Um dado importante coletado, conforme gráfico abaixo, é de que 60% dos entrevistados trabalham atualmente em empresas públicas.

Gráfico 3.1

---

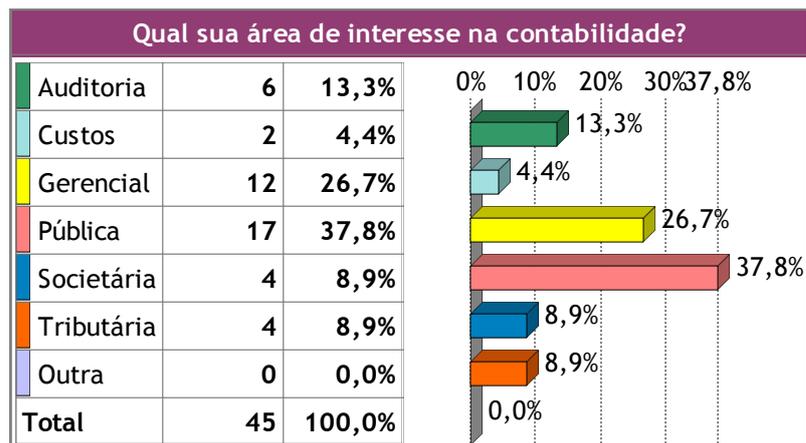
<sup>1</sup> Fonte: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/contabilidade-e-transparencia-na-gestao-publica-moderna/37562/> acesso em 05/06/2010

<sup>2</sup> Fonte: <http://www.glaubersantos.com/pmex5/calculoamostral.html>



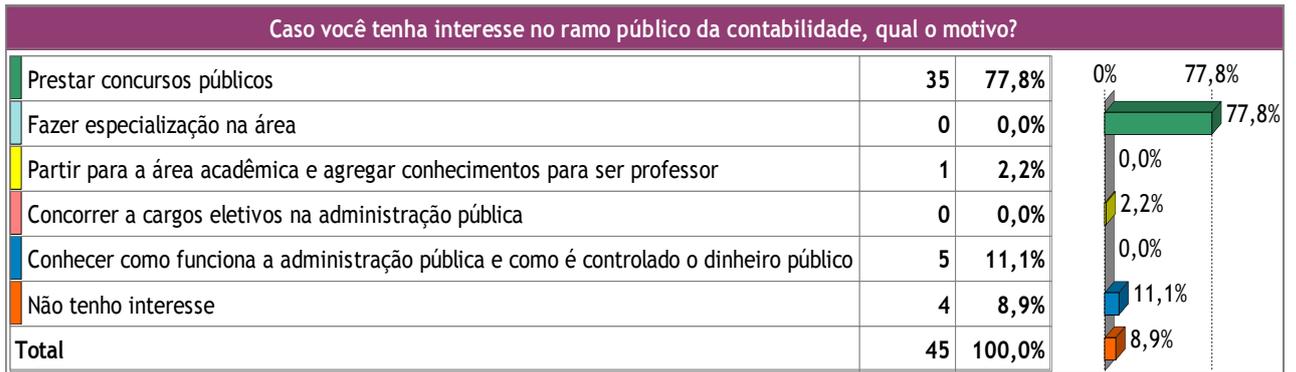
Mesmo com este percentual elevado de servidores públicos, é possível verificar no gráfico abaixo que apenas 37% dos entrevistados têm interesse no ramo público da contabilidade. Isso se deve ao fato de a maioria dos entrevistados não trabalhar ainda com contabilidade pública, afinal ainda não estaria graduado para tal.

Gráfico 3.2



Considerando que os alunos entrevistados tenham algum tipo de interesse em contabilidade pública, foi perguntado por qual motivo teriam este interesse. O resultado é visto no gráfico abaixo.

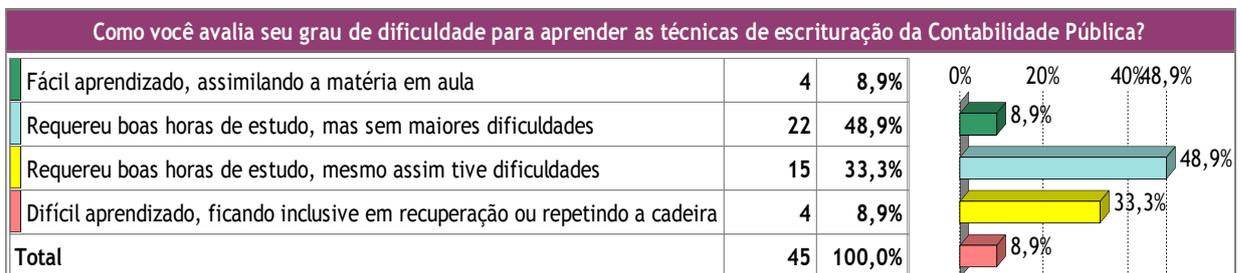
Gráfico 3.3



É possível ver que 77% dos entrevistados mostram algum interesse em relação ao ramo público da contabilidade com a finalidade de prestar concursos públicos. Indo ao encontro a uma característica já apontada no primeiro gráfico apresentado.

Com relação ao ensino da contabilidade pública na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao currículo do curso, foram feitos alguns apontamentos:

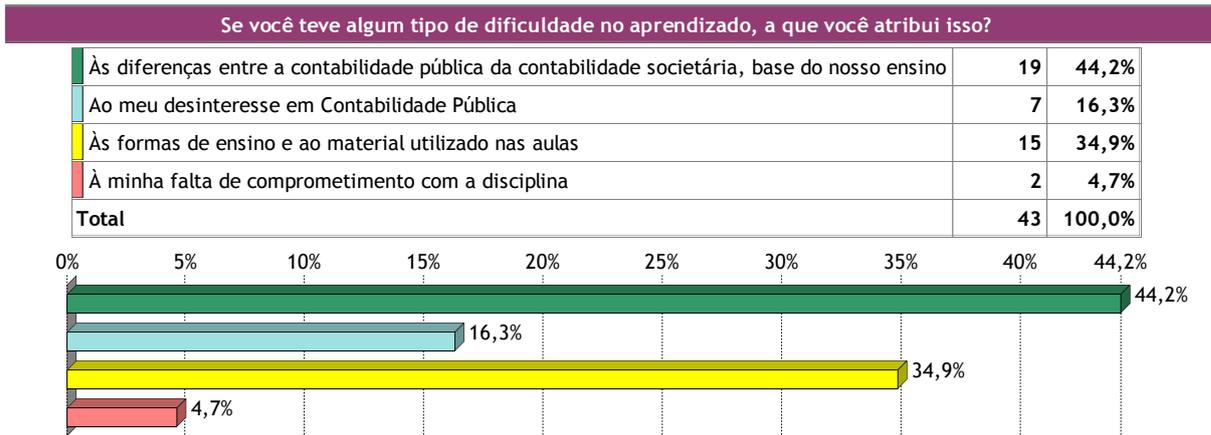
Gráfico 3.4



Os dados acima mostram que em torno de 57% dos entrevistados não tiveram ou tiveram pouca dificuldade no aprendizado da contabilidade pública. Por conseguinte, 43% dos entrevistados tiveram maior dificuldade em assimilar a matéria nas cadeiras cursadas no ramo.

Outro dado analisado foi o motivo pelo qual 90% dos alunos entrevistados não tiveram um aprendizado considerado de fácil assimilação da matéria.

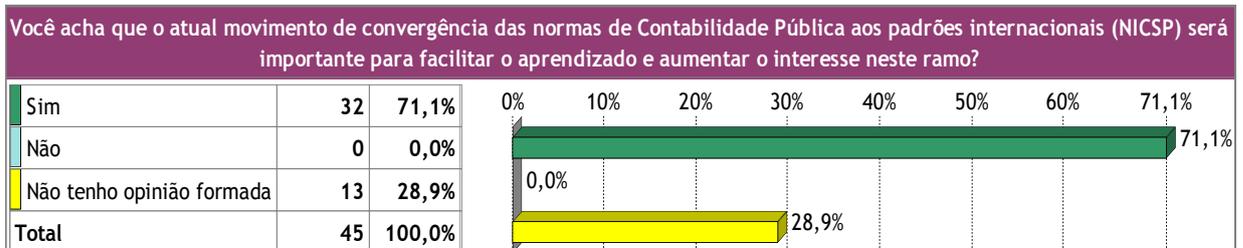
Gráfico 3.5



O gráfico acima mostra que 44% dos alunos entrevistados creditam as dificuldades de aprendizado da contabilidade pública às diferenças de normas e conceitos entre a contabilidade pública e a societária ou privada.

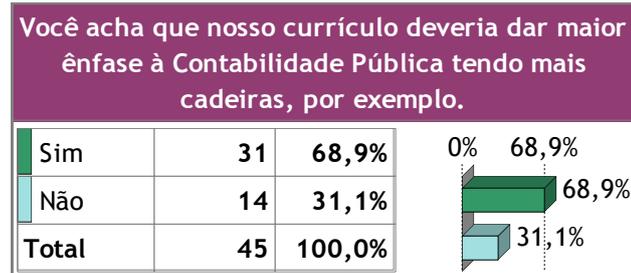
Ainda com relação ao ensino, os alunos foram perguntados sobre a convergência das normas públicas aos padrões internacionais e como isso refletiria na assimilação da matéria, e 71% dos entrevistados acreditam que essa harmonização das normas facilitaria o aprendizado e incentivaria ainda mais os alunos a se interessarem em contabilidade pública, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 3.6



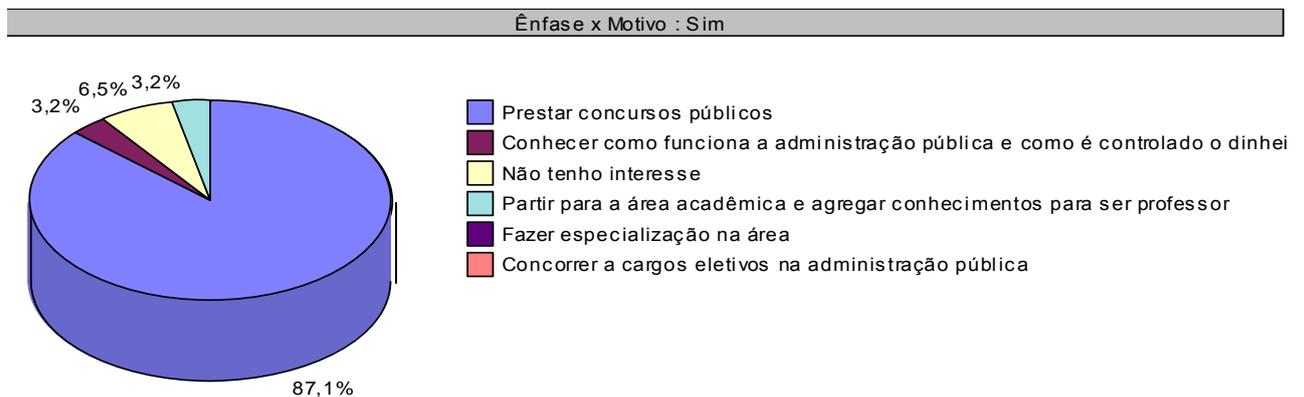
Quanto à necessidade ou não de o currículo do curso dar uma maior ênfase ao ramo público da contabilidade, 68% dos alunos entrevistados avaliam que o curso deveria dar uma maior ênfase à área.

Gráfico 3.7



Com a utilização do cruzamento de variáveis, podemos ver no gráfico abaixo que o maior motivo para os alunos acharem necessária esta maior ênfase, é o fato de estarem interessados em prestar concursos públicos. Conforme os dados abaixo, 87% dos alunos que responderam que a área pública da contabilidade deveria ter maior ênfase no curso, têm interesse em prestar concursos públicos.

Gráfico 3.8



Com base nos dados apresentados, é possível relacionar o interesse dos alunos de Ciências Contábeis da UFRGS em contabilidade pública diretamente ao interesse dos mesmos em prestar concursos públicos. A busca de estabilidade profissional e de boa remuneração na área são algumas justificativas para isso.

## 4 OPINIÃO DE PROFESSORES E O MERCADO DE TRABALHO

### 4.1 ENTREVISTAS COM PROFESSORES

Em entrevistas feitas com professores do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foram questionados alguns pontos como, o motivo da dificuldade no aprendizado da contabilidade pública pelos alunos de Ciências Contábeis da UFRGS, se esta realmente existe; a opinião pessoal acerca da convergência das normas de contabilidade pública para os padrões Internacionais e qual seria a repercussão no ensino; se o nosso currículo deveria dar maior ênfase ao ramo público da contabilidade; e se o ramo público da contabilidade oferece boas oportunidades de emprego. As entrevistas são apresentadas na íntegra nos Anexos I, II e III deste artigo.

O primeiro entrevistado foi o professor Roberto Pesavento, que dá aulas de contabilidade pública na Universidade. Segundo o professor, a dificuldade dos alunos no aprendizado da matéria se deve a três fatores preponderantes:

- à falta de interesse destes em trabalhar em controles internos de órgãos públicos;
- às dificuldades de se ingressar em cargos públicos bem remunerados, através dos concursos;
- às diferenças de conceitos entre a contabilidade pública e a contabilidade societária.

O professor relata ainda que a forma como as normas e as demonstrações contábeis são apresentadas hoje no ramo público são as mais esclarecedoras no que diz respeito à prestação de contas e que a convergência para as normas internacionais viria apenas para atender aos interesses de organismos e bancos internacionais de fomento e financiamento, pois assim ficaria mais fácil de comparar economias, por exemplo.

Quanto ao ensino da Contabilidade Pública na Universidade, Pesavento acredita que o curso deveria ter uma parte básica, bem abrangente no seu conteúdo, onde teria a Contabilidade Pública dada de modo mais sintético. Além disso, deveria reservar um semestre ou dois em especializações para que o aluno já

pudesse ser dirigido ao mercado de trabalho, como voltados a instituições financeiras, a empresas de produção de bens ou de serviços de grande porte, ao setor público, a atividade agropastoril, a empresas de pequeno porte e ME, auditoria e perícia, etc. Isso ajudaria a direcionar o aluno ao mercado de trabalho além prender o interesse do mesmo na ênfase escolhida.

Por fim, quanto às oportunidades de emprego, Pesavento acredita que a Contabilidade Pública não oferece tantas oportunidades quanto à iniciativa privada, mas a forma como este ramo é ensinado na Universidade oferece totais condições do aluno, futuro contador, ingressar em qualquer área da administração pública.

Utilizando-se dos mesmos questionamentos acima mencionados, a professora Ana Maria Pellini contribuiu com os seguintes argumentos, conforme entrevista na íntegra reproduzida no Anexo II deste trabalho.

Pellini observa quanto à dificuldade no aprendizado da contabilidade pública por parte dos alunos que os principais fatores desta dificuldade são as características marcantes da administração pública e seus princípios que diferem do setor privado.

Quanto à iminente convergência das normas públicas de contabilidade, a professora acredita que não iria contribuir muito para uma melhor assimilação dos alunos sobre a matéria, mas esse movimento irá valorizar a contabilidade pública principalmente pelos aspectos de comparabilidade com as demonstrações de outros países.

Com relação a uma maior ênfase da contabilidade pública em nosso currículo, Pellini acredita que o currículo está bem distribuído desta forma e o aluno que desejar se aprofundar no ramo público da contabilidade pode buscar uma especialização.

Concluindo, Pellini pensa que a contabilidade pública oferece sim boas oportunidades de emprego, citando seu caso, que teve como único emprego em toda sua vida o serviço na Contadoria e Auditoria-Geral do estado e estando muito

satisfeita com sua carreira. Salienta ainda que todos os estados e municípios brasileiros necessitam de contadores públicos.

Ainda com base nos questionamentos feitos no início deste capítulo, o professor Dr. Paulo Schmidt deu seu ponto de vista, conforme reprodução da entrevista no Anexo III deste trabalho.

Schmidt não acredita que os alunos de Ciências Contábeis da UFRGS encontrem dificuldades no aprendizado da contabilidade pública. Sobre a convergência para a harmonização com as normas internacionais, refere-se apenas ao contexto internacional atual onde o Brasil está inserido e com isso a convergência deve ser buscada.

O professor acredita ainda que a contabilidade pública não precisaria de maior ênfase no currículo do curso, embora poder-se-ia ter mais possibilidades de disciplinas opcionais para a área. Além disso, Schmidt afirma que o setor público é o que mais oferece oportunidades de emprego no Brasil, contexto que se enquadra o ramo público da contabilidade.

#### 4.2 CORRELAÇÕES DAS ENTREVISTAS COM A PESQUISA COM OS ALUNOS

Com base nas entrevistas, é possível mostrar as diferentes formas de entendimento dos professores sobre os assuntos pautados. De certa forma, indo de encontro ao identificado pelo professor Doutor Paulo Schmidt, os outros dois professores que ou lecionam a matéria ou trabalham no setor público acreditam haver dificuldades no aprendizado devido às diferenças conceituais entre a contabilidade pública e privada. Tal percepção vai ao encontro com o que foi verificado na pesquisa feita com os alunos, onde 44% dos entrevistados apontaram esta mesma realidade.

Outra correlação interessante feita com base nas entrevistas e na pesquisa foi acerca das oportunidades de mercado de trabalho no ramo público da contabilidade. Dois dos três professores entrevistados apontaram a área pública

como uma boa área de atuação por propiciar satisfação na carreira profissional e disponibilizar várias oportunidades de emprego. Isso também foi evidenciado pelo interesse dos alunos em prestar concursos públicos (77% dos entrevistados), os quais buscam nessa condição uma carreira profissional estável e bem remunerada.

Um ponto contraditório entre alunos e professores foi com relação à expectativa da convergência das normas de contabilidade pública aos padrões internacionais vir a auxiliar os alunos na assimilação da matéria. Ao contrário dos alunos, os professores não acreditam que essa convergência venha a tornar mais fácil o aprendizado da matéria, mas sim vem para facilitar a comparabilidade da contabilidade pública do nosso país com o resto do mundo pelos motivos e interesses os mais variados.

#### 4.3 OPORTUNIDADES NO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho para os profissionais que buscam se utilizar dos conhecimentos em contabilidade pública oferece algumas oportunidades de emprego, mas geralmente bem remunerados e de grande concorrência.

A primeira e a principal opção buscada pelos graduados para atuar no ramo público da contabilidade é através de concursos públicos. Cargos em instituições como Tribunal de Contas da União ou dos Estados, Receita federal, Secretaria da Fazenda são objetos de desejo para quem, além de buscar a estabilidade profissional, busca uma boa remuneração. Estas instituições oferecem cargos com remuneração inicial variando entre R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R\$ 13.000,00 (treze mil reais)<sup>3</sup> e fazem seleções de candidatos com frequência. A última seleção

---

<sup>3</sup> Fonte: sites de editais das instituições

[http://www.esaf.fazenda.gov.br/concursos/concursos\\_selecoes/AFRFB-2009/index.html](http://www.esaf.fazenda.gov.br/concursos/concursos_selecoes/AFRFB-2009/index.html) acessado em 10/04/2010

[http://www.tce.rs.gov.br/Concursos/Boletins/cp15\\_01.php](http://www.tce.rs.gov.br/Concursos/Boletins/cp15_01.php) acessado em 10/04/2010

[http://www.fundatec.com.br/home/portal/concursos/editais/edital\\_108\\_7376SZ.pdf](http://www.fundatec.com.br/home/portal/concursos/editais/edital_108_7376SZ.pdf) acessado em 10/04/2010

da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, foi para o preenchimento de cinquenta e duas vagas iniciais.

A concorrência acirrada e a dificuldade das provas aplicadas nesses concursos exigem um nível de estudo e conhecimento altíssimo. Como foi visto na pesquisa, a maioria dos alunos se interessa por concursos públicos e defende maior ênfase na contabilidade pública, vislumbrando um acréscimo de conhecimento na matéria e, por conseguinte, uma maior chance nos processos seletivos.

Outras oportunidades como a carreira acadêmica ou a ocupação de cargos eletivos foram pouco votados na pesquisa e realmente se mostram oportunidades menos almejadas para a aplicabilidade dos conhecimentos em contabilidade pública.

## **5 CONCLUSÃO**

A contabilidade pública é definida como sendo o ramo da contabilidade que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da fazenda pública e o patrimônio público e suas variações. Este ramo tem como foco principal o balanço de resultados, que trata da despesa e da receita, ou seja, de que forma foi arrecadado o dinheiro e como foi aplicado. Enfim, sua visão é a gestão. Já a contabilidade societária tem como foco principal o patrimônio e as suas avaliações, de tal forma que a principal peça é o balanço patrimonial. Sua visão é o lucro.

São diferenças básicas que fazem com que o aprendizado da contabilidade pública por parte dos alunos seja dificultado. A pesquisa serviu para provar através de números essa sentença. Como foi visto, 90% dos alunos pesquisados encontram algum tipo de dificuldade no aprendizado desta matéria e o principal motivo apontado é a diferença de conceitos entre a contabilidade pública e a privada.

Foi possível verificar também neste trabalho que, apesar das dificuldades enfrentadas na assimilação da matéria, os alunos de Ciências Contábeis da UFRGS demonstram um grande interesse em ingressar na carreira pública, motivados, é claro, pela estabilidade profissional e pela boa remuneração desses cargos. Já seria

uma tendência natural, visto que 60% dos alunos entrevistados já trabalham no setor público.

Nas entrevistas com os professores, foi possível ratificar os dados coletados na pesquisa com relação ao motivo das dificuldades no aprendizado e, também, com relação às oportunidades de trabalho no setor público, que foi apontado como uma ótima oportunidade de carreira profissional.

Com isso, é possível concluir que este trabalho pode demonstrar através das pesquisas e entrevistas qual o interesse que os alunos de Ciências Contábeis da UFRGS têm em relação ao ramo público da contabilidade, bem como suas principais dificuldades enfrentadas no aprendizado da matéria e suas expectativas com relação à convergência das normas aos padrões internacionais.

## **THE PUBLIC ACCOUNTANCY IN VISION SCIENCE STUDENTS ' LEDGER UFRGS**

### **ABSTRACTC**

Bookkeeping differences between Public accounting and Corporate accounting can become a deterrent in the learning of students Accounting Sciences not only of UFRGS, but educational institutions as a whole. This survey is to learn to what extent this interferes with the students about learning of public accountancy and your professional interest in the industry. Through structured questionnaires, students of Accounting Sciences UFRGS already studied public accountancy disciplines will give its opinion on various aspects to be addressed. In addition, it will be heard the opinion of teachers on the importance of the public accounting industry both in academics as the students, as well as what you can expect these changes that are being prepared for convergence to international standards. Finally, will be shown the professional opportunities for whom directs career for class public accounting, with information on job openings and average wage of the various types of positions.

**Keywords: public accountancy. Opinion of the students. View of teachers. Job opportunities.**

## REFERÊNCIAS

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 1995.

AZEVEDO, Márcio Jânio Campos de. **Contabilidade e Transparência na Gestão Pública Moderna**. Disponível em: < <http://www.administradores.com.br/informese/artigos/contabilidade-e-transparencia-na-gestao-publica-moderna/37562/>>. Acesso em 05 de Jun 2010.

FENACOM. Jornal do Comércio RS. Disponível em: <<http://www.fenacon.org.br/pressclipping/2008/junho/11/jornaldocomerciors110608.htm>>. Acesso em: 13 de Nov de 2009.

FUNDATEC. Edital de Concurso Público 2009. Disponível em: [http://www.fundatec.com.br/home/portal/concursos/editais/edital\\_108\\_7376SZ.pdf](http://www.fundatec.com.br/home/portal/concursos/editais/edital_108_7376SZ.pdf) acessado em 10/04/2010

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 13. Ed. São Paulo: Atlas S.A., 2005. v. 1.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2001

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Edital de Concurso Público 2009. Disponível em: [http://www.esaf.fazenda.gov.br/concursos/concursos\\_selecoes/AFRFB-2009/index.html](http://www.esaf.fazenda.gov.br/concursos/concursos_selecoes/AFRFB-2009/index.html) acessado em 10/04/2010

PLANALTO. Lei Complementar nº 101 de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 17 de Nov de 2009.

PLANALTO. Lei nº 4.320 de 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm)>. Acesso em: 17 de Nov de 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Edital de Concurso Público 2001. Disponível em:

[http://www.tce.rs.gov.br/Concursos/Boletins/cp15\\_01.php](http://www.tce.rs.gov.br/Concursos/Boletins/cp15_01.php) acessado em 10/04/2010

## ANEXO I

Entrevista com o professor de Contabilidade Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Roberto Pesavento.

O Sr. acha que os alunos de Ciências Contábeis da UFRGS têm dificuldades no aprendizado da contabilidade pública? Se sim, qual seriam os motivos?

*Sim, penso que os alunos têm dificuldade no aprendizado de Contabilidade Pública pela falta de interesse em trabalhar no controle interno de serviços públicos. Os concursos públicos para seleção de ingresso a cargos melhor remunerados são muito difíceis, o que afasta o aluno da Disciplina, que, de antemão, o aluno já decide que jamais irá para o setor público. Observo que pouco mais de 10 por cento dos alunos de uma turma são excelentes alunos, pois são interessados e são “concurseiros”, pois estão sempre estudando para concursos públicos e a disciplina dá ferramentas para tal. Os termos e procedimentos são específicos e diferentes das demais disciplinas do curso, o que também dificulta o aprendizado.*

Em sua opinião, o atual movimento de convergência das normas de Contabilidade Pública aos padrões internacionais (NICSP) será importante para uma melhor assimilação da disciplina?

*Gosto das atuais normas e demonstrações contábeis, pois são mais informativas aos iniciados em Pública. Essas novas normas internacionais de uniformizar as demonstrações contábeis e introdução de alguns procedimentos são mais de interesse de organismos e bancos internacionais de fomento e financiamento, pois, assim, há como comparar uma economia com as demais no mesmo ou em outro continente. O que não pode é adotar idênticas demonstrações contábeis e procedimentos em entidades de fins ideais e em entidades com finalidade no lucro, onde há a figura do capital,*

*que inexistente no Estado. O patrimônio público é apenas o instrumento utilizado pelo Governo para prestar os serviços públicos em benefício da sociedade, e não uma riqueza para gerar lucros.*

*Entendo que os alunos deverão ter mais matéria para estudar, pois, além das atuais normas e fundamentos teóricos e legais “da 4320”, têm que entendê-las e adaptá-las a novos rótulos das novas demonstrações e procedimentos, pois as atuais não serão abandonadas. Veja no novo modelo do Balanço Patrimonial: após o Patrimônio Líquido, há totalizadores tanto no Ativo como no Passivo para informar o total do patrimônio financeiro e do patrimônio permanente; isso é da 4.320. Como a civilização está em permanente modificação, pode ser que tudo de hoje vá para o lixo e aplicam-se as novas regras criadas para ajustar-se à evolução das coisas, como todos estão agindo.*

O Sr. acha que nosso currículo deveria ter maior ênfase no ramo Público da contabilidade?

*O curso deveria ter uma parte básica, bem abrangente no seu conteúdo, onde teria a Contabilidade Pública dada de modo mais sintético como agora e como nas demais disciplinas e deveria reservar um semestre ou dois em especializações que o aluno pretendia ter, já dirigido ao mercado de trabalho, como voltados a instituições financeiras, a empresas de produção de bens ou de serviços de grande porte, ao setor público, a atividade agropastoril, a empresas de pequeno porte e ME, auditoria e perícia, etc. Todas essas atividades exigem maior especialização específica, além de que as normas que regem cada uma delas são muito específicas. E, ainda, haveria mercado de trabalho para todos. Penso que, assim, o formando receberá seu diploma sabendo em que ramo irá se dedicar como profissional liberal, auditor ou proprietário de escritório de contabilidade, fiscal do Governo, perito judicial, etc.*

O Sr. acha que o ramo público da contabilidade oferece boas oportunidades de emprego?

*Não dá para comparar o mercado de trabalho oferecido pela iniciativa privada com a oferta de trabalho do governo. No governo a oferta de emprego é mais restrita que os particulares. A Contabilidade Pública tal como a oferecida por esta Universidade dá condições para o aluno o trabalhar tanto da Administração Direta, nas autarquias, nas fundações governamentais, dependentes diretas do Tesouro e das normas de Contabilidade Pública, e dá formação mínima suficiente para o Contador da iniciativa privada para relacionamento de empresas prestadoras de serviços ou vendedoras de produtos ao Governo, de concessionárias e permissionárias de serviços públicos ou de uso de bens público, nas relações com licitações, contratos, CADIN. CFIL, p. ex. Entidades e organismos nacionais e internacionais também necessitam de contadores com conhecimento de Contabilidade Pública para auditar contratos externos e atividades de governos federal, estaduais e municipais, e de empresas governamentais, isso já em menor escala.*

## ANEXO II

Entrevista com a professora de Contabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Ana Maria Pellini.

A Sra. acha que os alunos de Ciências Contábeis da UFRGS têm dificuldades no aprendizado da contabilidade pública?? Se sim, qual seriam os motivos?

*Os alunos que sempre atuaram na área privada estranham a metodologia da contabilidade pública e principalmente os seus conceitos. Atribuo esta dificuldade as características bem marcantes da administração pública, seus princípios que diferem do setor privado. Por exemplo, no setor privado tudo que não está proibido pode ser feito e no setor público só pode ser feito o que a lei expressamente autorizar.*

Em sua opinião, o atual movimento de convergência das normas de Contabilidade Pública aos padrões internacionais (NICSP) será importante para uma melhor assimilação da disciplina?

*Não creio que para a assimilação da disciplina mas sim para a valorização da contabilidade pública uma vez que ficará mais facilitada a comparação entre os demonstrativos contábeis de diversos países. Ou seja, será bem interessante poder comparar os balanços do Brasil, com os dos demais países da América Latina ou mesmo da Europa.*

A Sra. acha que nosso currículo deveria ter maior ênfase no ramo Público da contabilidade?

*Não, creio que está bem. Quem desejar se especializar pode fazê-lo.*

A Sra. acha que o ramo público da contabilidade oferece boas oportunidades de emprego?

*Sim. Eu por exemplo só tive um emprego em toda a minha vida. Na Contadoria e Auditoria-Geral do Estado e me considero muito feliz com esta opção. O Governo Federal, todos os Estados e Municípios brasileiros precisam de contadores públicos.*

### ANEXO III

Entrevista com o professor Doutor em Contabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Paulo Schmidt.

O Sr. acha que os alunos de Ciências Contábeis da UFRGS têm dificuldades no aprendizado da contabilidade pública?? Se sim, qual seriam os motivos?

*Acho que não.*

Em sua opinião, o atual movimento de convergência das normas de Contabilidade Pública aos padrões internacionais (NICSP) será importante para uma melhor assimilação da disciplina?

*Com certeza, a contabilidade de um modo geral deve buscar essa conversão para os padrões internacionais, considerando que o Brasil está inserido em um contexto globalizado.*

O Sr. acha que nosso currículo deveria ter maior ênfase no ramo Público da contabilidade?

*Acho que não, mas o poderiam ser dadas mais possibilidades de disciplinas opcionais para a área.*

O Sr. acha que o ramo público da contabilidade oferece boas oportunidades de emprego?

*Sem dúvida, talvez seja a área que mais oferece oportunidades de emprego no Brasil.*